

# Polêmica sobre ensino e renda

## Ministro da Educação e economista divergem em seminário

MARCOS HECKSHER

Uma controvérsia sobre as relações entre educação e renda colocou em lados opostos o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, e o economista Francisco Ferreira, da Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), durante o seminário "Educação e Desenvolvimento", realizado ontem pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Rio.

Segundo o ministro, o recente aumento de escolaridade média da população terá um efeito de distribuição de riqueza nos próximos anos, quando os estudantes que ingressaram no sistema educacional passaram a ter renda, o que ainda não teria ocorrido.

Já Francisco Ferreira acredita que, a médio prazo, mesmo uma grande expansão educacional não reduzirá a desigualdade, mantida constante desde os anos 70 até o ano passado, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O economista da PUC disse que considera "baixo, mas melhor do que nada" o valor de R\$ 15 oferecido pelo programa Bolsa Escola Federal por criança matriculada. Para Ferreira, a sociedade deve fazer pressão por um aumento da orçamentária da bolsa, que teria bons efeitos distributivos.

### Exemplo do PT

Paulo Renato citou Luís Inácio Lula da Silva, presidente de honra do PT e possível adversário seu na corrida presidencial, para afirmar a importância dos R\$ 15 na renda das famílias mais pobres.

— Vi, há pouco tempo, uma antiga entrevista que ele (Lula) deu ao Jô Soares. Sobre um programa de crédito do PT, ele dizia: "Você não sabe o que uma família miserável pode fazer com R\$ 20"? E era crédito. Nós criamos um programa



Paulo Renato: efeito de distribuição

que dá R\$ 45 todo mês — comparou Paulo Renato.

O ministro disse ter comprovado essa importância ao distribuir os cartões do programa a famílias no interior do País. Segundo Paulo Renato, os próprios profetos que recebem os recursos nunca pedem bolsas maiores, pedem apenas mais bolsas.

Francisco Ferreira aproveitou o seminário para defender a adoção do Benefício Social Único, programa social que elaborou junto com o também professor de economia da PUC José Márcio Camargo. O programa seria uma ampliação do Bolsa Escola, incluindo características do mexicano "Progreso". Famílias com gestantes, crianças abaixo de seis anos e idosos que não recebem pensão ou aposentadoria também seriam contempladas.

O impacto do programa sobre a miséria, segundo Ferreira, seria capaz de restringi-la a menos de 10% da população, contra os 30% de brasileiros atualmente na faixa de indigência. O índice de Gini, que mede a desigualdade, desceria dos insistentes 0,59 das três últimas décadas para 0,53 se o plano obtivesse sucesso total.

— A pobreza cairia imediatamente a 10%, durante os anos em que o programa fosse aplicado. Essa taxa seria comprometida se fosse interrompido o fluxo de recursos — explicou Ferreira.

### Custo do programa

O custo do programa é estimado em US\$ 10 bilhões, o que representa aproximadamente 1,1% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro ou 5% dos gastos sociais orçamentários. Ferreira ressaltou, porém, que não propõe uma alternativa aos investimentos em educação, mas um projeto complementar.

O economista da FGV Marcelo Neri apresentou uma pesquisa que aponta em que casos familiares é maior o risco de repetência ou evasão escolar. O estudo mostra que filhos de pessoas que perderam o emprego são mais propensos a largar a escola, à medida que passem a trabalhar para completar a renda familiar.

O trabalho de Neri traz algumas surpresas, como ao demonstrar que dois terços das crianças que trabalham também estudam, em dupla jornada. Mostra ainda que crianças de mesmo nível social têm mais chances de abandonar os estudos em regiões mais ricas e em períodos de maior crescimento econômico, pois têm melhores oportunidades de trabalho.

Neri defendeu o uso de programas sociais que evitem a renda familiar nula decorrente de desemprego — como frentes de trabalho contra a seca, Bolsa Escola e seguro-desemprego — para manter as crianças na escola.

## PROFESSORES: GOVERNO VAI RECORRER

O ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, afirmou ontem que a Advocacia-Geral da União (AGU) vai recorrer da decisão judicial que determinou o pagamento do salário atrasado de outubro aos professores das universidades federais, em greve desde 22 de agosto.

— A determinação é não pagar os salários até que os professores voltem às aulas e assumam o compromisso de realizar os vestibulares — disse o ministro.

Paulo Renato disse ainda que a mandado de intimação para o pagamento dos professores, expedido pelo ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) na sexta-feira passada, foi mal endereçado ao Ministério da Educação, pois o cumprimento da medida compete ao Ministério do Planejamento e ao presidente da República.

Paulo Renato encaminhou a Gilson Dipp aviso comunicando que repassou o mandado ao ministro do Planejamento, Martus Tavares. De acordo com o aviso, o mandado foi encaminhado a Tavares "tendo em vista a competência atribuída àquele Ministério (para o pagamento), pelo Decreto nº 3.962, de 10 de outubro de 2001." Segundo informações do STJ, o ministro Dipp determinou que o documento fosse juntado aos autos.

A medida provisória que permite aos ministérios contratar trabalhadores temporários para substituir grevistas, de acordo com Paulo Renato, não será usada contra os professores, porque exercem uma função muito especializada.